

Ano 9  
Vale do Paraíba, 04 a 11 de Dezembro de 2009  
www.jornalcontato.com.br  
Encarte da edição nº 438,  
não pode ser vendido separadamente

Taubaté, 364 anos  
**Desenvolvimento sustentável:  
alguns desafios**



Água (engenheiro Paulo Ernesto), lixo (Xico Graziano, secretário de Meio Ambiente, e Mário Luiz Alves, gerente da CETESB) e eucalipto (Wagner Giron, defensor público) são os temas abordados nessa edição especial com uma pitada de cultura (José Carlos Sebe e Livia Vierno)



**Sustentabilidade empresarial  
apoiada na respeitabilidade  
social e ambiental  
é o nosso compromisso  
no 364º aniversário de Taubaté**

**CIESP**

Taubaté



# Desafios de um Desenvolvimento Sustentável

Às vésperas do 364º aniversário de Taubaté, autoridades, empresários, formadores de opinião e de políticas públicas e privadas são obrigados a adaptar sua realidade local aos parâmetros globais. Pensar globalmente, mas agir localmente. Afinal, nosso planeta não passa de uma minúscula nave espacial, limitada em todos os sentidos.

## Desafio

Diante desse risco, é praticamente consensual que uma das principais iniciativas para se evitar o desastre anunciado é o Desenvolvimento Sustentável econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. E ele começa pela nossa comunidade.

Paulo Ernesto Marques, engenheiro da Sabesp, relata o problema da água desde suas origens. Mário Luiz Alves, engenheiro e gerente regional da CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do governo do estado de São Paulo), recupera a história do aterro sanitário que se transformou em uma queda de braço da Prefeitura de Taubaté com os responsáveis pela

sustentabilidade ambiental. Wagner Giron De La Torre, Defensor Público, assustado com os relatos e denúncias sobre os estragos provocados pela plantação descontrolada de eucalipto, estudou o assunto para poder argumentar com segurança nas ações judiciais impetradas contra grupos poderosos e, sistematicamente, tem obtido importantes vitórias na Justiça.

José Carlos Sebe Bom Meihy, nosso colaborador e respeitável especialista em história oral, faz uma lista com dez sugestões que considera capitais para que mereçamos uma cidade que seja “nossa imagem e semelhança”. Por sua vez, a doutora em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, Lívia Vierno aborda a noção de patrimônio cultural como herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações.

Finalmente, a beleza das imagens é fruto da sensibilidade do fotógrafo José Pedro Pereira que se dedica a registrar os momentos mágicos da própria história.

A elaboração desse presente para a terra de Lobato só aconteceu graças ao decidido apoio de nossos patrocinadores no momento que o Jornal CONTATO se prepara para iniciar seu 10º ano de vida. A todos, nosso muito obrigado! 



## Expediente

### Texto e edição

Paulo de Tarso Venceslau  
Marcos Limão

Impressão  
Resolução Gráfica

### Fotos

José Pedro Pereira  
CETESB  
SABESP

### Editoração Gráfica

Nicole Doná  
nicoledona@gmail.com



A EXTRAORDINÁRIA PROJEÇÃO  
CONQUISTADA POR TAUBATÉ NO CENÁRIO  
NACIONAL AO LONGO DESSES 364 ANOS  
É O RESULTADO DA AÇÃO INTELLECTUAL  
E DO TRABALHO HONESTO E PRODUTIVO  
DE TODOS OS TAUBATEANOS  
DE NASCIMENTO OU ADOTADOS

**PARABÉNS TAUBATÉ!!!**



# Sustentabilidade: água na terra de Lobato



Paulo Ernesto  
Marques Silva

engenheiro  
pauloernesto@  
canada.com



**T**odas as comunidades humanas dependeram da água para saciar a sede, higiene, irrigação das plantações, pesca e transporte. Por isso, sempre se instalaram próximo às fontes de água. Havia, além disso, um outro grande e especial motivo: descartar seus dejetos; lixo e esgoto. Todos eles acabaram por contaminar suas fontes de água limpa. Desconhecia-se a existência de micróbios na água, transmissores de doenças de veiculação hídrica. Acreditavam que as doenças eram causadas por materiais em decomposição, putrefatos, que levados pelo ar contaminavam as pessoas. Era a “Teoria do Miasma”. Esta teoria persistiu até por volta de 1850.

Estação de  
Tratamento  
de Esgotos  
Taubaté-  
Tremembé  
a ser  
inaugurada  
em 2010



Cloaca Máxima utilizada em Roma

Os romanos, por volta dos anos 100 a.C., já possuíam complexos sistemas de distribuição de água com reservatórios, encanamentos, ligações prediais nos balneários e nas termas, e foram os primeiros a gerenciar o sistema de abastecimento. Instituíram, por exemplo, até a cobrança pelo fornecimento de água, inclusive com subsídios. Isto é, quem gastava mais pagava mais. Sistema ainda hoje utilizado. Tinham sistemas de coletas de esgotos que eram direcionados para a chamada “Cloaca Máxima”. O Rio Tibre sempre abasteceu Roma, com água cristalina e suficiente

para substituir as do poluído Tibre.

A descoberta do microscópio no século XVII marcou um grande avanço no estudo de micróbios e bactérias, mas apenas duzentos anos mais tarde o médico inglês John Snow, desesperado e inconformado com as epidemias de cólera cada vez mais frequentes em Londres, todas atribuídas à Teoria do Miasma, por meio de investigações em campo conseguiu estabelecer a relação entre os portadores de cólera e a água por eles consumida que vinha de um poço situado na “Broad

Street”. Snow não descobriu os micróbios; apenas estabeleceu que a água poderia transmitir doenças. Era o fim da Teoria do Miasma. Trinta anos mais tarde Robert Koch isolou o Vibrião Colérico (assim chamado por seu formato similar a uma vírgula) e, em seguida, Louis Pasteur estudou os micróbios e definiu a “pasteurização”.

Com a disseminação destes conhecimentos iniciou-se por todo o mundo a construção dos primeiros sistemas de tratamento de água que hoje conhecemos.

No Brasil também foi assim. Na nossa história colonial os primeiros séculos foram uma espécie de cada um por si relativo ao abastecimento de água e coleta de esgotos. A água era coletada em rios ou fontes mais próximas das residências. A evacuação dos dejetos era feita em qualquer lugar um pouco mais oculto. Nas chamadas vivendas ou casa grandes era feita num quarto fechado chamado “secreta” com um buraco no assoalho. Embaixo deste buraco havia barris ou birlhas que coletavam estes dejetos

Pioneira em projetos ambientais e sociais.



**LADEIRA MIRANDA**  
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO



Projeto Acesso Livre



Atleta apoiada



Projeto Incentivo ao Estudo



Projeto Plante seu Futuro



Projeto Plante seu Futuro

O termo “sustentabilidade” faz parte do cotidiano da Ladeira Miranda Engenharia e Construção.

Com a implantação de sua política ambiental em 2008, a Ladeira Miranda vem aprimorando seu trabalho em busca de harmonia com a comunidade e a natureza.

Desde então, cria parcerias com outras empresas e entidades a fim de dar continuidade e expandir sua visão pela conservação da natureza e pelo uso racional de seus recursos.

A Ladeira Miranda também aposta na educação de sua equipe, oferecendo cursos e palestras aos funcionários, além de apoiar atletas, incentivando, desse modo, a prática esportiva.

É assim que contribuimos com o desenvolvimento da nossa querida cidade. Parabéns Taubaté!

Fone: (12) 3633-5599 • [www.ladeiramiranda.com.br](http://www.ladeiramiranda.com.br)



e carregados por escravos eram despejados nos corpos hídricos mais próximos. A partir do século XVII nosso abastecimento de água passou a ser por chafarizes e por aguadeiros que percorriam as cidades com carroças contendo barris com água, sabe-se lá da onde, vendendo-as à população. Assim, como em outras partes do mundo, nossos sistemas de abastecimento iniciaram-se também por volta de 1850. Devo registrar que no período imperial tivemos o maior exemplo de sustentabilidade no Brasil, um episódio pouco conhecido fora do mundo acadêmico, que foi a total recuperação, replantio, da maior floresta urbana do mundo, que é a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro. Após ter sido quase que totalmente desmatada para o plantio de café ela foi recuperada por ordem de D. Pedro II.

Aqui em Taubaté e no Vale do Paraíba repetiu-se a história. História esta que publiquei no Jornal CONTATO em 2008. Apenas lembrando que nosso sistema de abastecimento de água foi implantado pelo Engenheiro Fernando de Mattos em 1893. Minhas pesquisas levaram-me a crer que o taubateano é, por ex-

celência, um ser cordato. Vejam vocês, desde 1893 até meados de 2000 conviveu com intensos problemas de falta de água, e ausência completa de tratamento de esgotos que permanece até os dias de hoje. E o que fez? Desde 1982, pode-se dividir a responsabilidade com a Sabesp. Mas, e antes? Quem fez algo? A nossa história, a nossa herança, nos remete a exemplos análogos à antiga Roma, a contaminação e poluição total dos córregos em que se assentaram os primeiros índios Guaianás. Refiro-me ao Convento Velho, Judeu e Saguiru. Nossos filhos, muitos deles, não os conhecem, pois estão escondidos, com suas vergonhas, canalizados sob ruas e avenidas.

Hoje Taubaté possui um excelente sistema de abastecimento de água, raras cidades tem dois sistemas como Taubaté (Paraíba e Una) e em janeiro próximo deverá inaugurar uma moderna Estação de Tratamento de Esgotos que tratará 100% dos esgotos coletados dos Municípios de Taubaté e Tremembé. Até 2018 todos os municípios operados pela Sabesp, no Vale do Paraíba, devem ter também 100% de esgotos tratados. Um grande salto. Já

era tempo! Para que tenhamos sustentabilidade é necessário disseminar o conhecimento, é preciso educar e ser educado ambientalmente.

Quanto ao uso da água no Vale do Paraíba não nos esqueçamos que estivemos em 2002 muito perto do limite mínimo de nossos reservatórios. O susto, a necessidade, fez com que nos organizássemos melhor, operássemos melhor os sistemas, o governo estabeleceu regras, tem regulamentado o setor e cabe a nós fazer acontecer. Por falar no sistema, vamos a ele.

O Rio Paraíba do Sul é formado pela junção dos Rios Paraitinga e Paraibuna, no Município de Paraibuna. A partir de 1974 estes dois rios foram represados formando um só lago e denominada Represa Paraitinga/Paraibuna. Assim, na vazante de seus escoadouros forma-se o Rio Paraíba do Sul que segue em direção a São Paulo. Logo após nova represa, a de Santa Branca, construída originalmente para regularizar o Rio Paraíba até o Rio de Janeiro. O Paraíba segue adiante e faz um cotovelo em Guararema seguindo na direção oposta, para o Rio de Janeiro. Em São José dos Campos recebe as águas do Rio Jaguari que também foi represado um pouco acima com finalidade de gerar energia e também garantir as vazões máximas e mínimas do Paraíba. O Paraíba no seu trecho paulista abastece a maioria das cidades como Guara-

À esquerda, aguadeiros vendiam as águas consumidas no Rio de Janeiro, no século XVII

O elevatória de Santa Cecília é uma das barragens do rio Paraíba



À direita, lançamento de esgotos e lixo em córregos

rema, Jacareí, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e outras. Até sua foz em São João da Barra (RJ), após percorrer os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, perfazendo 1.137 Km, abastece cerca de 14,5 milhões de pessoas. Já no Rio de Janeiro outra barragem, em Itatiaia, a de Funil, funciona como uma caixa de passagem, regulando por um curto espaço de tempo a vazão do Rio Paraíba e gerando energia. No município de Pirai está instalada desde 1952 a Barragem Elevatória de Santa Cecília que está autorizada a retirar do Rio Paraíba até 170 m<sup>3</sup>/s. Isto significa três vezes o volume que está sendo executado no Rio São Francisco e que causou tanta polêmica e até revolta no país. Quase morreu bispo. Estamos muito bem representados quanto ao gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Duas instituições têm garantido os interesses diversos destes recursos. Tratam-se do CEIVAP (Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul) que representa os três estados abastecidos pelo Rio Paraíba e pelo CBH-PS (Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-SP ou "Comitê Paulista"). Ambos possuem ampla representação dos poderes públicos, usuários, e organizações sociais. Há lugar

e planque para todos. Portanto, para quem quiser e souber que existe, e se interessar, basta participar. São pioneiras no Brasil na instituição da cobrança pelo uso da água cuja renda tem sido totalmente retornada em finan-

ciamentos de obras para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. A sustentabilidade hídrica do Vale do Paraíba deve passar por;

- pelo encaminhamento totalmente aberto, democrático e participativo das discussões sobre a ampliação da cobrança pelo uso da água à agricultura, setor que é o maior consumidor, que a partir de 2010 também deverá contribuir.

- pela discussão sobre a possível reversão de 5.000 a 15.000 litros por segundo de água da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul para a Bacia do Piracicaba com a finalidade de abastecer o mega projeto da criação da macrometrópole paulista. Sobre esta questão há um barulho enorme e por enquanto falta explicações do governo que reserva-se ao direito de manifestar-se após a conclusão dos estudos previsto para março de 2010.

- melhor desempenho do setor usuário, indústria e empresas públicas e privadas de abastecimento público, reduzindo as atuais perdas de água oriundas dos processos de produção e distribuição que atualmente estão na ordem de 35%. Isto é perdemos hoje 35% do volume de água retirado dos rios, represas e poços destinados ao abastecimento



público.

Para Taubaté, especificamente, é primordial a participação da sociedade na elaboração do Plano Diretor Municipal em discussão, atualmente solitária, pela Câmara Municipal. Importantíssimo é a renovação da concessão do privilégio de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos com a Sabesp, que agora passa a ser Contrato de Programas. É fundamental que a sociedade participe desta discussão pois, diferente do atual contrato que nada define relativo à metas de cobertura, este novo procedimento permite o detalhamento dos objetivos a serem alcançados bem como o seu acompanhamento e fiscalização pela recém criada ARSESP- Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Um ponto crucial será o destino da aplicação dos recursos que a Sabesp disponibilizará para a Prefeitura de Taubaté, o poder concedente. Creio que uma verba que é oriunda do saneamento deverá ser direcionada para o saneamento. Por exemplo, que finalmente tenhamos uma solução para os resíduos sólidos (lixo) do município e que agora como conseguimos com os esgotos tenhamos coleta (inclusive seletiva), tratamento e disposição final. Cabe à Câmara Municipal e à sociedade participar, criticar, colaborar. O povo e a natureza merecem esta dignidade. Há muito mais a escrever. Haverá outras oportunidades. Por enquanto é isso.

Abraços. 

Abaixo, extração de areia nas várzeas





# Câmara Municipal de Taubaté

**Temos orgulho de contribuir para o crescimento de Taubaté**

Parabéns, Taubaté, que “*sempre em marcha nas asas da História*”, completa 364 anos de desenvolvimento, cultura e ensino sempre em expansão. 364 anos de um povo ordeiro e trabalhador, de nomes que engrandecem a cidade e a Nação, de feitos que ajudaram a escrever a biografia do Brasil.

Parabéns aos filhos desta terra, que ajudaram a escrever uma história da qual se orgulham.

O café, a industrialização e filhos ilustres permitiram que este município se expandisse, por meio de um gesto, um sotaque, uma demonstração cultural.

Neste dia 5 de dezembro, a Câmara reconhece, honra e homenageia todos aqueles que viveram e vivem nesta terra.

Taubateanos, os “*filhos que não param*” e que, conhecidos ou anônimos, trabalham para que a cidade caminhe a altos destinos.

A Câmara tem orgulho de estar presente em todos esses momentos e participar ativamente do crescimento da cidade.

**Parabéns Taubaté, cidade que nos honra.**

**Câmara Municipal de Taubaté**

# Insustentável contencioso

**A** Prefeitura e a Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - travam, há anos, uma queda de braço a respeito do aterro sanitário na Estrada de Sete Voltas. Esgotadas todas as iniciativas, o aterro foi interditado. Situação põe em risco o desenvolvimento sustentável da terra de Lobato



Lixo descoberto no vazadouro de resíduos domésticos de Taubaté, em área já encerrada

O aterro sanitário na estrada das Sete Voltas funcionou de 1976 a 1998 como um vazadouro, um lixão. Em 1997, Ministério Público Estadual do Meio Ambiente ajuizou uma ação civil pública contra o município com pedido de cessação da atividade desordenada e solicitação de regularização do local junto aos órgãos ambientais, inclusive com o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental).

Em 1998, a Prefeitura de Taubaté contratou uma empresa

para gerenciar a continuidade do aterro e preparar os estudos de licenciamento, uma exigência da Cetesb e da Justiça. O estudo elaborado foi reprovado pela CETESB, em setembro de 1999, por inconsistências técnicas e falta de dados. O mesmo estudo foi reapresentado em julho de 2000 e tramitou por cinco anos até ser arquivado em março de 2005 por falta de complementação dos estudos na Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de SP. Em 2005, portanto, voltou-se à estaca zero no licenciamento

ambiental.

Mário Luiz Alves, gerente regional da CETESB, o técnico que mais conhece o tema, conta que “uma vez em andamento a análise de um projeto de licenciamento ambiental, nos cabe fiscalizar a operação do que acontece. No caso, desde 1998 a operação passou a funcionar de uma maneira satisfatória. E perdurou até o início de 2004 quando o aterro voltou a ter problemas operacionais. Então, nós vivemos um período em que o aterro esteve bem operado. E paralelamente ao processo de licenciamento”.

Eis os melhores momentos de uma entrevista que ele concedeu com exclusividade para o Jornal CONTATO

**O que foi esse funcionamento satisfatório?** A empresa que foi contratada [pela PMT] tinha um projeto em estudo na CETESB com duas tarefas básicas: manter o aterro operando de maneira adequada e providenciar o licenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente do estado. A empresa foi bem na questão da operação. As notas que demos anualmente foram boas neste período, muito boas até, mas não conseguiram ter sucesso na questão da apro-



Nossa maior homenagem a Taubaté,  
é renovar nosso compromisso:

*Produzir sem poluir  
é possível*



vação do projeto, [porque] o projeto apresentava inconsistência técnica. E a Prefeitura não conseguiu superar essa inconsistência. Basicamente, são dados complementares que foram sendo solicitados: [como por exemplo] a investigação de todo o subsolo daquela região. Nós voltamos a cobrar melhorias para a disposição do lixo, no início da gestão do atual prefeito.

O Ministério Público convocou a Cesteb e a Prefeitura para discutir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que previa solução. Para tanto, era necessário complementar o estudo de investigação de passivos (solo, subsolo e água contaminada) daquela área e o encerramento da área por alguns meses num processo de fechamento de toda aquela área. Depois do fechamento, a disposição [do lixo] num lugar licenciado pela CETESB. A área planejada é ao lado do atual aterro. Em 2005, essa área [do novo aterro] não estava desapropriada ainda. Porém, a documentação apresentada recentemente pela Prefeitura indicaria que está desapropriada.

**Desapropriar uma área ao lado de outra contaminada?** Por isso a investigação é fundamental para saber o tamanho do comprometimento.

**O aterro novo então depende do término da investigação do aterro antigo?** Ele faz parte da última proposta da Prefeitura, mas só existe no papel. É só uma proposta, não existe nenhuma evidência [do projeto]. A viabilidade da área ainda não foi apresentada. A viabilidade técnica ainda não existe, nem foi apresentado formalmente o desenho daquele projeto. O TAC previa o encerramento e a investigação da área, a transferência da disposição do lixo para um outro local até que o aterro novo ficasse pronto, um projeto de aterro novo, a arremediação



da área depois da investigação e levar o lixo num caminhão de maior capacidade para um aterro privado. A Prefeitura considerou que o custo disso tudo seria muito elevado. Diante disso, o município sugeriu a possibilidade de manter o aterro naquele local enquanto preparava um outro. A idéia era economizar o dinheiro com o transporte do lixo, fazer os estudos de investigação na área e iniciar o projeto de licenciamento de um novo aterro, para não ter despesa com o custo de transporte e disposição fora, o que está tendo hoje em função do aterro estar interdito.

#### **Qual foi a posição da CETESB?**

Ficou aguardando a investigação sobre contaminação, para saber se poderia ou não continuar utilizando aquela área por algum tempo. E o tempo foi passando, as multas continuaram sendo aplicadas, até que final de 2008 a situação ficou insustentável. Em 6 de junho de 2008, a Cetesb advertiu a Prefeitura para que obtivesse as licenças ambientais. Em alguns momentos essas irregularidades foram sanadas. Quando reapareciam, as penalidades voltavam a ser aplicadas.

#### **Quais eram essas exigências?**

A regularização da operação da área e a solução de problemas operacionais como aparecimento de chorume no talude, presença de catadores na área, uma frente ampla de disposição lixo o que facilita para a proliferação de urubus. E para piorar ainda mais, a Prefeitura passou

receber entulho da construção civil para o aterro, o que só poderia ser feito mediante novo licenciamento ambiental. Em 6 de novembro de 2008, houve uma mudança de objeto na penalidade. Ao invés de ser pedida a adoção de medidas corretivas, passou-se a exigir o licenciamento. A área continuou a ser utilizada sem licenciamento ambiental. A multa passou a ser diária.

#### **Então, a decisão de interditar não tem componente político?**

Claro que não. O que foi feito está definido em lei há muito tempo.

**E agora?** Depois da interdição, a Prefeitura quis parar de levar lixo para Tremembé para investir essa despesa no aterro novo. Mas a Cetesb não aceitou porque não foi demonstrado até agora, do ponto de vista técnico, que o aterro interdito pode receber lixo por mais dois anos, receber mais camadas de lixo. Não tem como colocar mais lixo em cima de onde você não conhece, porque não houve investigação e não tem licenciamento ambiental. Nós não sabemos como está o sistema de drenagem de gases e chorume. Saturação de chorume e mais pressão de gases são dois processos que desencadeiam a ruptura. É preciso comprovar que esses dois fatores estão sob controle. A Prefeitura não atendeu as exigências nem para a abertura provisória. Porém, não está fechada a possibilidade da reabertura para um período definido enquanto se desenvolve uma alternativa para o município.

“Buraco” utilizado para recebimento e armazenamento de chorume, no vazadouro de resíduos domésticos de Taubaté, sem nenhum revestimento



Afloramento de chorume em talude do vazadouro de resíduos domésticos e excesso de urubus, pombos e gaviões no local

Entrevista exclusiva do Secretário de Meio Ambiente, Xico Graziano

## Educar, o maior desafio

**Quais os principais desafios para se promover o desenvolvimento sustentável?** São vários, mas o que considero mais importante é o da educação ambiental. Se não prepararmos as nossas crianças para os dilemas ambientais do futuro, não vamos, sequer, garantir a qualidade de vida das próximas gerações.

**Qual a situação do aterros sanitários?** A maioria está em condições adequadas. Quando assumi a pasta de Meio Ambiente do Estado, tínhamos 143 aterros inadequados. Ou seja, verdadeiros lixões a céu aberto. Hoje são oito, que se não melhorarem nós vamos interditar até o final do ano. Na minha gestão é assim: ou melhora ou vamos lá e interditar. No mais, temos muitos aterros modelos no Estado, é só consultar o Índice da CETESB e ver que alguns já conquistaram nota máxima, comprovando a sua excelência na gestão de resíduos.

**Quais os critérios para a interdição de um aterro sanitário?** Não existe um critério preestabelecido ou tolerância para os aterros considerados em condições ambientais inadequadas. Entretanto, enquanto existirem pos-

sibilidades de uma adequação ambiental satisfatória em prazos definidos, em alguns casos existe a possibilidade de formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o Ministério Público, antes de ser aplicada a penalidade de interdição.

**Qual a opinião sobre os aterros sanitários na região do Vale do Paraíba?** No Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domésticos seis municípios estavam enquadrados em condições inadequadas, cinco em condições controladas e 23 em condições adequadas. Ou seja, aproximadamente 20% deles permanecem em situação inadequada. No decorrer do ano, com a aplicação das medidas previstas no Projeto Ambiental Estratégico Lixo Mínimo e das ações de controle pela CETESB, no momento, só um município se encontra em condição inadequada. A solução deste caso remanescente deverá ocorrer no início de dezembro. Caso contrário, o município ficará sujeito à aplicação de medidas punitivas, dentre estas a pena de interdição.

**Qual a sua opinião sobre a terceirização dos aterros sanitários no estado?** Desde que

bem estabelecidas e gerenciadas, têm se mostrado em muitas situações eficazes, em especial naquelas situações em que existe a possibilidade de atendimento, não apenas a um município, mas sim para uma determinada região, onde os custos de administração e operação de um sistema de tratamento e disposição de resíduos possam ser compartilhados entre vários geradores.

**O que representa o lixo e sua reciclagem para a sociedade moderna?** Representa um enorme desafio que aos poucos vem sendo vencido. Mas ainda falta investimentos em vários segmentos da sociedade, quer sejam nas áreas de desenvolvimento tecnológico, na reciclagem de materiais, em logística reversa de pós-consumo, na incineração de resíduos. É preciso investir mais, também, na educação ambiental visando a definição e a adoção de processos educativos para estimular a formação e aquisição de conhecimentos relativos às boas práticas ambientais. A ação do poder público deve ser direcionada para estimular uma nova geração, mais consciente em relação ao uso correto de produtos consumidos e descartados. 



Xico  
Graziano

Secretário de  
Meio  
Ambiente  
do Governo do  
Estado de  
São Paulo

# Toscana

O restaurante feito  
para sua família



**Se você ficou feliz por erguer esta árvore,  
imagine nós que erguemos trezentas.**

Para preservar o meio ambiente, a Pinese Vieira plantou mais de 300 árvores. Uma iniciativa que recebeu o certificado CO<sub>2</sub> Zero e, o que é melhor, retirou 43 toneladas de carbono da atmosfera.



[www.pinesevieira.com.br](http://www.pinesevieira.com.br)





Wagner Giron  
De La Torre

Defensor  
Público no Estado de  
São Paulo e  
Coordenador da  
Defensoria  
Regional de Taubaté

Fotos: José  
Pedro Pereira

# Eucalipto, monocultura e insustentabilidade ambiental



Eucalipto  
avança sobre  
matas virgens  
e ciliares

Como pondera, com certa maestria, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, modelos econômicos pautados em atividades monoculturais serão sempre incompatíveis com o meio ambiente sadio e equilibrado, pois *“a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem. A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz. Só um raciocínio logicamente absurdo de um ponto de vista ambiental, mas que se tornou natural, admite fazer a cultura de uma só coisa”*.

Esse pensamento reúne em si todos os elementos necessários a evidenciar que qualquer monocultivo em escala industrial,

em especial o afeto ao plantio de milhões de árvores clonadas de eucalipto, é incompatível com o propalado *desenvolvimento sus-*

*tentável*.

Se há alguns anos eventuais críticas sobre os danos socioambientais provocados pelo cultivo



extensivo do eucalipto se revestiam pelo místico espectro das lendas, hoje a constatação desse flagelo ambiental em vários pontos da região alcançou patamar de triste e cotidiana verdade.

Tem-se registrado, nos dramas humanos vivenciados pelo campesinato local, que a eucaliptização do Vale do Paraíba está a gerar uma série sem precedentes de devastação ambiental, com aniquilação de fontes d'água, desertificação de grandes áreas de terras, contaminação de ecossistemas pelas toneladas e toneladas de pesticidas químicos utilizados no manejo desse monocultivo, morticínio de número imensurável de espécies animais, vegetais, e supressão de atos devocionais e ações agrícolas dos povos originários afligidos pelo êxodo rural insuflado pela escalada de desemprego derivada desse novo ciclo de concentração fundiária.

Isso tudo em função da omissão homérica dos organismos fiscalizadores públicos (englobando estado e municípios), que a tudo se submetem para possibilitar a vertiginosa expansão da sacrossanta tríade *monocultura – agronegócio - biotecnologia*, mesmo que a um custo

socioambiental irreversível e ainda não devidamente mensurado em razão dessa precisa e demarcada omissão fiscalizatória.

Por conta da total ausência de monitoramento estatal, as corporações empresariais responsáveis pela escalada oceânica do eucalipto na região não respeitam norma ambiental alguma, e



semeiam o deletério monocultivo sobre topos de morro, em afronta a áreas de mananciais, em violação às matas ciliares e, especialmente em Taubaté, no in-

terior até mesmo da bacia do Rio Una (manancial responsável pelo abastecimento de água potável para as populações de Taubaté e Tremembé) que, embora oficialmente tombada pela municipalidade taubateana por sua significativa riqueza hídrica, paisagística e ecológica, encontra-se tomada por grandes plantações de eucalipto, em patente e impune afronta às leis de proteção ao meio ambiente que expressamente vedam a implementação de atividades silviculturais no seio de unidades de conservação ambiental como se configura a espoliada bacia do Una.

Imagens aéreas colhidas em meados deste ano pela Defensoria Pública de Taubaté mostram a escalada oceânica do eucalipto por sobre o *mar-de-morros* caracterizador da bacia do Una, evidenciam que os eucaliptais invadem as áreas que deveriam ser reservadas às matas ciliares, contribuindo com o avanço do processo irrefreado de assoreamento, diminuição da capacidade hídrica e contaminação de tão relevante corpo hídrico, isso, a olhos vistos, em absoluta impunidade por conta da histórica omissão dos órgãos do Estado que deveriam, por força de preceitos constitucionais, lidar pelo

Quantidade de eucaliptos plantados em nossa região assusta

Ao lado, eucalipto à espera de transporte para as indústrias de celulose



Detalhe do avanço do eucalipto sobre os morros do Vale do Paraíba

controle mínimo a esse modelo econômico exauriente dos recursos naturais.

Além de tudo, a monocultura do eucalipto não pode ser aceita como floresta, posto que não cumpre o ciclo biológico de devolução dos nutrientes tão característico das florestas nativas e é incompatível com a biodiversidade.

Com efeito, os eucaliptais clonados, até mesmo por força de sua baixa capacidade foliar (volume parco de folhagens), interceptam muito pouco as águas provenientes das chuvas, e, como são plantados sobre topos de morro, quase toda a água oriunda das precipitações atinge diretamente o solo, escorre pelo chão descoberto e seco, leva os ínfimos nutrientes contribuindo para a desertificação das áreas de plantio e o assoreamento dos corpos hídricos localizados nos baixios.

Ademais, diante do rápido crescimento das árvores clonadas, os eucaliptos possuem um ciclo de corte que hoje gira em torno de 6 anos a contar do cultivo das mudas. Todos os nutrientes exauridos da terra pelas árvores são transferidos e aniquilados no processo industrial da pasta de celulose, num processo tecnicamente

conhecido como *exportação de campo*, deixando para trás as terras devastadas, a paisagem lunar, enormes áreas sobrecarregadas com os tocos mortos, legado último desse até aqui descontrolado cultivo.

A agravar ainda mais os efeitos nocivos ao meio ambiente, temos o fato incontroverso de que o monocultivo do eucalipto se alimenta com aplicação de toneladas e toneladas de herbicidas, à base de glifosato (elemento químico altamente nocivo ao meio ambiente e cancerígena) que, via de regra aplicado nos topos de morros, acaba com as influências gravitacionais e elementos climáticos, a escorrer para as áreas baixas, contaminando mananciais, rios, fontes d'água num ciclo ainda não devidamente demarcado de devastações sem precedentes, como a ocorrida recentemente em Piquete. Ali, pela incidência do glifosato, foram mortos mais de 8 mil quilos de peixes, centenas de suínos, pássaros silvestres, anfíbios e árvores frutíferas, para não se falar na contaminação dos moradores do entorno de grande latifúndio de eucalipto responsável pela aplicação descontrolada desse deletério agrotóxico.

Cada árvore de eucalipto consome, em média, 30 litros de água diários. Não estamos a falar de meia dúzia de árvores, mas de milhões.

Para se ter uma idéia das dimensões dos impactos do monocultivo, estima-se que entre os municípios de São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra e Taubaté existam mais de 70 milhões de eucaliptos plantados.

Em estudo que se tornou marco sobre o tema, o cientista Augusto Ruschi assegura-nos que o consumo assombroso de água derivado da monocultura do eucalipto é responsável pela deficiência hídrica verificada no já devastado norte do Espírito Santo, ao ponderar que:

*“Como já explanei em outras palestras, a fisiologia de algumas espécies, como o Eucalyptus Saligna, o mais plantado no Espírito Santo, exige um consumo monumental de água (...) a partir do terceiro ano de vida uma planta desta espécie consome por ano 19,6 milhões de litros de água, e um hectare com 2.200 árvores consome 49,6 bilhões de litros de água, dando esse total uma equivalência pluviométrica de 4.000 mm de chuva por ano. Se considerarmos que na região dos eucaliptos a precipitação anual chega em média a 1.400 mm/ano de chuva, a diferença necessária de mais de 2.000mm é retirada do solo e subsolo, tanto pela função osmótica como pela função de sucção das raízes”.*

Afora isso, a formação de enormes latifúndios recobertos pelo exótico cultivo acaba aniquilando a diversidade cultural das localidades camponesas, inviabilizando o desenvolvimento da agricultura familiar, da pequena pecuária que há séculos eram implementadas pelas populações locais vitimadas pela escala hipertrófica da monocultura. Isso faz com que sejam



A Viapol tem o prazer de compartilhar a alegria do 364º aniversário de Taubaté, e estará sempre presente nos 365 dias do ano !



extintas manifestações culturais tradicionais como festejos populares, atos devocionais emanados de lugares tidos como sagrados pela população originária, agora suprimidos pelos grandes latifúndios do eucalipto, consumando tudo de ruim que se possa perceber numa região já assolada pelo avanço do monocultivo.

Todos esses questionamentos socioambientais já estão sendo realizados, com êxito, pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo que, em três ações civis públicas ajuizadas em São Luiz do Paraitinga, Distrito de Catuçaba e Piquete, conseguiu acessar decisões judiciais suspendendo os projetos futuros do monocultivo nessas localidades até que as empresas responsáveis pela exploração desmedida dos recursos

naturais realizem os necessários Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) em cada plantio, devidamente guarnecidos com as audiências públicas junto às populações afetadas.

Como se percebe, os questionamentos que cingem o modelo agroindustrial encetado ao país pela elite dirigente são consistentes, exigindo um debate mais aprofundado para que a sociedade tenha acesso a informações mais completas a respeito dos imensuráveis impactos desse modelo de produção nos recursos naturais e seus reflexos junto às populações vitimadas.

O verde que recobre a agroindústria, como vemos, é enganador. As vastas plantações de eucalipto não são florestas, não se prestam a restaurar as infundáveis

áreas de matas nativas suprimidas por esse insano modelo econômico e não geram nem a décima parte da oferta de empregos bradada por seus empreendedores. O que fica, especialmente por parte dos integrantes dos movimentos sociais que vivem a denunciar essa série sem precedentes de devastações, é a absoluta omissão do Estado no necessário controle a essa escalada desabrida de exploração do ecossistema e a espera, sem fim, de que seu custoso sistema de fiscalização cumpra as normas de proteção do meio ambiente e passe a exigir, como manda a lei, a realização de Estudos de Impactos Socioambientais para cada plantio, como medida mínima para possibilitarmos chances mínimas de sobrevivência às gerações futuras. 

A monocultura do eucalipto já atingiu as margens da rodovia Presidente Dutra



Viver bem é ter história para contar.

ANS - nº 363286



**Unimed**   
Taubaté

O melhor plano de saúde é viver.  
O segundo melhor é Unimed.



HOSPITAL  
**HSL SÃO LUCAS**

**Unimed**   
Taubaté



**Cardiocentro**  
CENTRO DE DIAGNÓSTICO EM CARDIOLOGIA

**Unimed**   
Taubaté

Grupo Unimed Taubaté, o melhor plano de saúde é viver, o segundo melhor é Unimed.



# via vale

## shopping

Estamos chegando!

# Para Taubaté ser feliz...



José Carlos  
Sebe Bom  
Meihy

No calendário municipal, o dia 5 de dezembro marca o aniversário de Taubaté. Homenagens cabíveis se somam, mas não é justo que não caibam sugestões de melhorias. Ademais, sou daqueles que acham que críticas sempre ajudam a pensar caminhos alternativos. Fiz uma lista de dez sugestões que considero capitais para que mereçamos uma urbe que seja “nossa imagem e semelhança”. Confesso que coloquei o melhor de mim ao elaborar esta relação que visa alvejar a sensibilidade comum como um tiro de amor.

1- Reclamo em primeiro lugar de espaços culturais. Que falta faz uma boa Biblioteca Municipal. Sei que temos uma, mas falo de algo consistente que faça parte da rotina da cidade e que tenha um calendário robusto, capaz de promover encontros, certames, e que pertença ao coletivo além das necessidades escolares. E teria que ter um prédio majestoso, prateleiras repletas de livros atualizados, além de pessoal de atendimento.

2- Na linha cultural ainda, reclamo de atividades voltadas à juventude. Sei que há algum esforço no âmbito geral, mas suponho virtudes em pensar na lógica que vincula novos procedimentos artísticos, coisas como relação entre a eletrônica e os jovens. Festivais de curta-metragem com produtores, artistas locais; exposições de arte gráfica ou xerográfica, atividade criativa e acessível, seriam virtuosas.

3- A criação de “lonas culturais”, distribuídas por bairros poderia facilitar festivais de leituras e produção de textos que, articulados, dimensionariam foros de criatividade cumulativa. Ademais, peças de teatros e outros artefatos literários poderiam germinar talentos afastados dos centros.

4- Na linha dos direitos cidadãos a sugestão maior se encaminha para as possibilidades de preparação da cidade para com os “especiais”, pessoas que de alguma maneira precisam de espaços específicos para se locomover. Temos inúmeras ruas com postes mal situados que impedem, por exemplo, a circulação de cadeirantes. As indicações para cegos, recém colocadas na praça da catedral e calçada central chegam ao ridículo, posto que, além de péssima qualidade, conduzem a obstáculos intransponíveis. Aliás, são mais perigosos do que se supõem.

5- Poderíamos ter estacionamentos coletivos, públicos, capazes de auxiliar a movimentação de veículos e mais do que isto gerar algum rendimento que de outra forma é capitalizado por empresas particulares.

6- A miserabilidade do Sítio do Pica-pau-amarelo é

das mais tristes manifestações que temos. Falta tudo lá, principalmente cuidado com a memória construída de Monteiro Lobato. O que poderia ser um lócus de dimensão nacional é pouco mais do que espaço ocioso sem nenhum planejamento a médio prazo.

7- A elaboração de um projeto urbano contra o



crescimento das favelas que crescem a olhos vistos é mais do que uma necessidade. Se governos anteriores deixaram preparada a cidade para crescimento na periferia, cabe agora supor cuidados contra a ampliação de bolsões pobres.

8- A vinculação das duas universidades ao meio seria desejável como forma de justificar a existência destes lugares de saber como entidades capazes de produzir alternativas que vão além da generalização de diplomas universitários de competência, muitas vezes, duvidosas.

9- Inscrição das indústrias locais em problemática da cidade. Quase sempre “olhando para fora” o formidável parque industrial taubateano não reage aos problemas locais. Ficam situados no espaço urbano cumprindo apenas dois objetivos: produzir para fora da cidade e dar poucos empregos aos locais. Mais nada. Sequer financiamento de projetos voltados para a cidade são arrolados.

10- Um foro aberto aos cidadãos da cidade, instituto capaz de promover discussão pública, aberta, sobre os destinos da urbe. Temas como orçamento participativo, competência administrativa e controle de gastos poderiam compor debates que, inclusive, deveriam ser transmitidos por canais televisivos municipais.

Enfim, são algumas poucas idéias que merecem contemplação no dia do aniversário da cidade. O que mais toca fundo na razão administrativa, contudo, é tudo isto não é tão difícil de ser executado. Precisamos emendar vontade política com imaginação. Isto falta para Taubaté ser uma cidade, realmente, feliz. 

Sítio do  
Pica-pau  
Amarelo

O autor é professor titular aposentado do Departamento de História da USP, autor entre outros de “Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York” (Editorial Parábola).

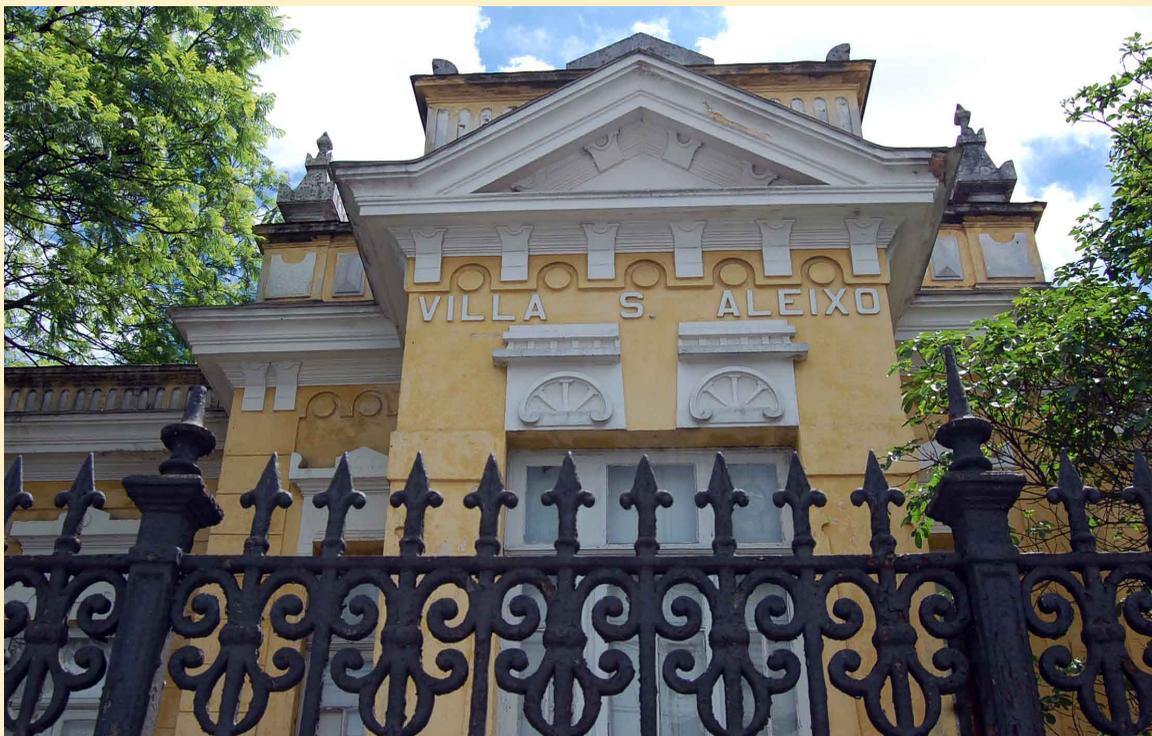


Livia Vierno

Fotos: José  
Pedro Pereira  
e  
arquivo

# Memória e Patrimônio Cultural

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo e especialista em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, Livia Vierno ensina que a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações, de forma a possibilitar relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável*



Villa Santo Aleixo, um patrimônio abandonado pelo poder público

O foco principal de luta pela manutenção do passado de uma cidade se dá no que se convencionou chamar de “centro histórico”. Vamos encontrar no âmago deste centro, não apenas o ponto inicial de seu desenvolvimento, mas muito mais que isto, lá se encontra a identificação de suas origens, o fator de identificação de seus cidadãos, o domus patris, referência para todos, e de onde todos provieram. Assim,

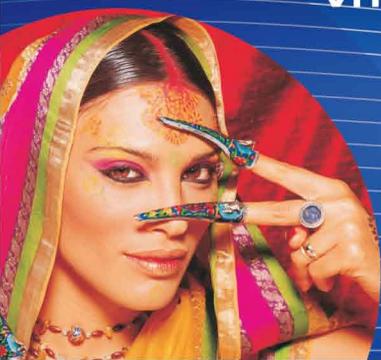
não é sem nenhum espanto que encontramos como ponto máximo de referência de um Centro Histórico, a construção de uma igreja – a casa do pai, o “banco de dados” de uma comunidade.

Sob este ponto de vista, entendemos que assim como a casa paterna, local que conservamos em nossa lembrança de maneira imutável, pois que ela nos devolve a nossa identidade, do mesmo modo a paisagem familiar do entorno construído,

preferencialmente que contenha elementos antigos que traduza história e tradição, nos devolve também a identidade social vinculada a um tempo e espaço.

A necessidade da preservação da imagem da cidade histórica, ao menos em sua aparência externa, se apóia no crescente valor que se tem dado ao significado social, cultural e psicológico da imagem da cidade. A luta pela proteção tanto de bairros antigos como de prédios isolados contra estragos

**IMPRESSÃO DIGITAL DE BANNERS, FAIXAS  
ADESIVOS, MICROPERFURADO, PLACAS, PAINÉIS  
VITRINES, ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS**



**Spell**<sup>®</sup>  
COMUNICAÇÃO VISUAL



Av. Charles Schneider, 102/152A Taubaté - SP (12)3621.1800

do tempo ou da poluição, o espírito de lucro ou a indiferença dos homens, acaba por se tornar hoje em dia no símbolo muito valorizado de uma época ideal.

Mas não há como ser diferente, pois um prédio histórico é todo edifício que aguçava nossa curiosidade e nos faz querer saber mais sobre o povo e cultura que o produziu. Ele tem valores arquitetônico, estético, histórico, documentário, arqueológico, econômico, social e mesmo político e espiritual ou simbólico;

mas o primeiro impacto é sempre emocional, pois ele é um símbolo de identidade e continuidade cultural – uma parte de nossa herança. Como diz Feilden, estudioso do tema conservação arquitetônica, se um edifício sobreviveu aos riscos de 100 anos de utilização, possui uma boa chance de ser chamado histórico. Desde o primeiro momento de sua criação, através de sua longa vida até o presente, um prédio histórico traz em si “mensagens” artísticas e humanas que serão reveladas com o estudo de sua história. Um prédio histórico concentra uma complexidade de idéias e de cul-



turas que se refletem através das marcas deixadas nele com a ocupação e o passar do tempo.

O objetivo direto da preservação é, portanto, a continuidade física do patrimônio edificado histórico ou ambiental, das coleções artísticas e dos mobiliários, dos jardins e parques históricos, dos arquivos de interesse histórico, dos usos, costumes e manifestações culturais. Além desse aspecto de construção de identidades, a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações, de forma a possibilitar relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

A cidade contemporânea, ao propor um programa de preservação urbana, trabalha com poucos objetos isolados, alguns poucos representantes de outros tempos, que perderam seu real significado não sendo mais que a imagem que o presente projeta do passado, ao se encontrarem hoje em dia inseridos em uma malha urbana profundamente alterada.

A cidade modernamente se modificando em função da destruição imposta pelo avanço tecnológico e econômico, subordinado aos interesses de grupos particulares. A crescente especulação imobiliária tem conduzido a transformação urbana segundo os modelos atuais ditados pela globalização, dentro da qual não há espaço para a conservação do patrimônio arquitetônico edificado, ao contrário, dentro deste modelo de homogeneização da cidade atual, o que predomina é o desapego ao patrimônio, já que ele é um veemente atestado da identidade cultural de uma comunidade.

O patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os

Rua Duque de Caxias no início do século XX e hoje totalmente poluída

Cuidando do mundo, garantimos um natal mais verde.



Neste Natal, a Resolução Gráfica deseja a você muito verde para a consciência e transparência para a vida. Assim, é possível garantir tanto árvores de Natal quanto o futuro de seus filhos. Pensando nisso, utilizamos apenas papel de reflorestamento e reciclamos nossos resíduos. Siga nosso exemplo e garanta um Natal muito mais verde para todos.

a gráfica *resolução*



www.resolucaografica.com.br  
**RESOLUÇÃO**  
gráfica

Rua Emílio Winther, 108  
Taubaté - SP  
12.2125.1700



Dois momentos da estação ferroviária na praça doutor Barbosa de Oliveira

bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção de bens culturais, senão no interesse da própria comunidade, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

A cultura e a memória de um povo são os principais responsá-

veis pela identidade e união das pessoas em torno de uma noção de bem comum. A comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. Os bens culturais produzidos por determinada comunidade são o seu patrimônio – *pater* e *nomos*:



*pater* significando, etimologicamente, o chefe de família e, em um sentido mais amplo, referindo-se aos antepassados e às heranças por eles deixados, e *nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. Deste modo, a memória e o patrimônio de um povo estão permanentemente ligados às origens e à ética de uma determinada comunidade. 

## Para o SICREDI, o melhor do aniversário de Taubaté é participar do crescimento da cidade.

O SICREDI tem o compromisso de reinvestir na própria região, estimulando o desenvolvimento de toda a comunidade. Por isso, temos orgulho em comemorar mais um aniversário desta cidade. Taubaté mostra todos os dias que gente que coopera cresce.

**Homenagem do SICREDI nos 364 anos de Taubaté.**

[www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)



# Taubaté

## Confiança que gera crescimento

*A Coli elegeu Taubaté como cidade sede, graças à receptividade que aqui encontrou. Uma aliança que gerou confiança. Uma confiança que gera crescimento, para todos. Esperamos serem estes os primeiros de muitos aniversários que celebraremos aqui.*

*Parabéns, Taubaté!  
Por sua riqueza natural,  
por sua importância cultural,  
por sua grande história,  
por seu carisma  
e sua glória*

Buscando conciliar crescimento econômico à preservação ambiental e valorização sociocultural, a Coli adota desde práticas sustentáveis às suas obras e plantio de mudas para compensação arbórea, até o incentivo e patrocínio a entidades filantrópicas de apoio a cultura regional e entidades esportivas, para que estas riquezas naturais e culturais continuem sempre aqui.



administradora  
incorporadora  
e corretora

(12) 3025.1000

CRECI J 20.651

# NATAL PREMIADO

## Taubaté Shopping

CONCORRA A UM  
PAJERO TR4

R\$ 200\* = 1 CUPOM  
COM VISA = CUPONS EM DOBRO



Apoio:

**VISA**



**Virage**

a aventura está aqui



**TAUBATÉ  
SHOPPING**

[www.taubateshopping.com.br](http://www.taubateshopping.com.br)

\*Promoção válida de 27/11/2009 a 10/01/2010. Sorteio dia 12/01/2010. Consulte o regulamento no SAC. C.A. SEAE/MF nº. 06/0356/2009.